

MARCAS PÓS-ESTRUTURALISTAS NO DISCURSO TEÓRICO SOBRE A TRADUÇÃO

POST-STRUCTURALIST MARKS ON THEORETICAL DISCOURS ABOUT TRANSLATION

Rosvitha Friesen Blume¹

RESUMO: Este artigo analisa o discurso teórico contemporâneo sobre a tradução literária, com o objetivo de identificar marcas pós-estruturalistas comuns a diferentes abordagens. O eixo central da discussão está no modo como a visão pós-estruturalista de linguagem, de sujeito e de realidade perpassa as diversas linhas teóricas da tradução nas últimas décadas, formando, a despeito de diferentes enfoques e agrupamentos teóricos, uma base comum dentro do campo dos Estudos da Tradução. Os exemplos de linhas teóricas, aqui contemplados, são: a tradução pelo viés desconstrucionista, do descritivismo, de uma política anti-etnocêntrica, de teorias feministas e do pós-colonialismo.

Palavras-chave: Teorias da Tradução; Pós-estruturalismo; Tradução literária.

ABSTRACT: This article analyzes the contemporary theoretical discourse on literary translation, with the aim of identifying post-structuralist marks common to different approaches. The central axis of the discussion is how the poststructuralist view of language, subject, and reality embodies the various theoretical lines of translation in the last decades, forming, despite different approaches and theoretical groupings, a common base within the field of Translation Studies. The examples of theoretical lines are: translation at the view of the deconstruction, the descriptivism, of an anti-ethnocentric policy, of feminist theories and post-colonialism.

Keywords: Theories of Translation; Post-structuralism; Literary translation.

O que é pós-estruturalismo

O pós-estruturalismo se constitui numa grande vertente teórica na segunda metade do século XX que, a despeito de teorias muito diferenciadas, tem como base comum uma nova concepção de linguagem, que supera a visão estruturalista da mesma. Nas palavras de Terry Eagleton:

1 Doutora em Literatura pela UFSC; professora do Curso de Letras Alemão e da Pós-Graduação em Estudos da Tradução na UFSC; membro do Grupo de Pesquisa Literatura, História e Tradução; email: rosvithafriesenblume@gmail.com



Em lugar de ser uma estrutura bem definida, claramente demarcada, encerrando unidades simétricas de significantes e significados, ela [a linguagem] passa a assemelhar-se muito mais a uma teia que se estende sem limites, onde há um intercâmbio e circulação constante de elementos, onde nenhum dos elementos é definível de maneira absoluta e onde tudo está relacionado com tudo. (EAGLETON, 1997, p.178)

Esse reconhecimento a respeito da linguagem tem por consequência a percepção de que ela é muito mais ativa e produtiva do que se postulava. O que consideramos ‘real’, assim o é, a partir da linguagem que o ‘significa’ para nós, sendo que esse processo de significação não é estável, não é um simples reflexo de algo fixo. A linguagem adquire, dessa forma, um caráter muito mais produtivo do que meramente representativo de situações extralinguísticas dadas. Para os Estudos Literários, por exemplo, isso significa que, conforme afirma Eagleton, “é a linguagem”, ela mesma, “que fala na literatura, em toda sua complexidade ‘polissêmica’, e não o autor.” (EAGLETON, 1997, p.190) Significa, também, que o crítico ou qualquer leitor não é apenas o consumidor de um texto, mas ao mesmo tempo também um produtor de significação. O famoso escrito de Barthes, *Da obra ao texto*, representaria, justamente, essa passagem de uma visão estruturalista para uma pós-estruturalista (EAGLETON, 1997), a obra vista como algo fixo, com significado estável a ser apreendido pelo leitor e o texto como essa rede de signos que se conectam e recombina de modo dinâmico a partir de cada leitura feita por cada leitor, conforme suas circunstâncias, experiências, leituras prévias etc.

Já a desconstrução é uma estratégia ou abordagem pós-estruturalista que busca desconstruir o pensamento logocêntrico, através de uma problematização dos pares de oposições binárias clássicas com as quais o estruturalismo operava, como significante e significado, fala e escrita, dentro e fora, identidade e diferença, masculino e feminino, natureza e cultura e por aí fora.

É importante frisar que, para o principal representante dessa estratégia, Jacques Derrida, não se trata somente de uma inversão de hierarquias entre esses conceitos e seus tradicionais opostos; conforme explica José Antonio Vasconcelos, Derrida estaria propondo o desencadeamento de um “jogo” entre esses opostos, “a incessante



alternância de primazia de um termo sobre o outro, produzindo, assim, uma situação de constante indecisão.” (VASCONCELOS, 2003, p.75)

Esse jogo dilui, nas palavras de Eagleton, as “fronteiras rígidas entre o que é aceitável e o que não é, entre o eu e o não-eu, a verdade e a falsidade, o sentido e o absurdo, a razão e a loucura, o central e o marginal, a superfície e a profundidade”, ou seja, dilui esses binarismos que, segundo o teórico, “representam uma maneira de ver típica das ideologias.” (EAGLETON, 1997, p.183) O pós-estruturalismo detecta, pois, a relação entre linguagem, ideologia e, por conseguinte, poder, conceito este muito caro a outro grande expoente do pós-estruturalismo francês, Michel Foucault, cujo trabalho também tem influência sobre as teorias da tradução que aqui serão mencionadas.

Pós-estruturalismo e tradução

Entre os Estudos da Tradução e o Pós-Estruturalismo tem se estabelecido um rico e frutífero diálogo, que trouxe importantes consequências para a compreensão, tanto da posição do tradutor ou, também, de sua função, quanto do próprio fenômeno tradutório. E essa nova compreensão é que perpassa as diferentes teorias tradutórias que aqui serão brevemente abordadas, formando a sua base comum pós-estruturalista.

Roland Barthes afirma, em seu texto *A morte do autor*:

Assim se desvenda o ser total da escrita: um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação; mas há um lugar em que essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino (...). (BARTHES, 2004, p.64)

Essa compreensão, já da fase pós-estruturalista de Barthes, a respeito da função central do leitor em detrimento do autor, abre um importante espaço para uma nova visão sobre o papel do tradutor, que é, acima de tudo, um leitor. Com isso se desviam os holofotes do sagrado texto original, com o seu autor como dono e único legitimador da obra, para as muitas atualizações, as muitas conexões da teia linguística, os muitos



diálogos desencadeados pelas leituras/traduições. Assim, a tradução é responsável pela ativação e sobrevivência do texto.

Primeiramente, pois, o diálogo entre os dois campos teve como consequência o reconhecimento da não-neutralidade, no processo tradutório, da pessoa que traduz. O tradutor ou tradutora entra invariavelmente, em qualquer processo tradutório, como “indivíduo com habilidades linguísticas e culturais e com a sua própria agenda.”² (GENTZLER, 2002, p.216)

Para se ter uma ideia do quanto isso está distante da tradicional imagem de neutralidade e de submissão que se tinha da figura do tradutor, o teórico Edwin Gentzler (2002, p.216) define a tradução pós-estruturalista como um “ato criativo (...) participando da criação de conhecimento e, por extensão, poder”³; que a tradução não simplesmente mostra o “outro”, mas que “participa da própria construção desse.”⁴ E mais: que a “nova informação pode ser empregada para fins políticos poderosos, incluindo resistência, auto-determinação e rebelião.”⁵ Nessa visão o tradutor é, pois, um profissional ativo, criativo e que exerce poder.

Em segundo lugar é preciso destacar que, por influência do pós-estruturalismo, a própria concepção de tradução mudou, conforme a citação acima também já deixou claro. Se a tradução é um ato que inclui a criatividade de quem traduz, a atividade excede em muito uma simples transferência de significados fixos de uma língua para outra. “Ao contrário, a tradução transita de um ambiente multilingual e multicultural A para um ambiente B às vezes igualmente multicultural,”⁶ conforme observa Gentzler (2002, p.217).

2 individual with linguistic and cultural skills and her or his own agenda.

3 creative act (...) participating in the creation of knowledge and, by extension, power.

4 participates in its very construction.

5 new information that can be turned to powerful political ends, including resistance, self-determination, and rebellion.

6 uncritical transfer from a monolithic language A to a similar monolithic language B; rather, translation takes place across a multilingual and multicultural environment A into an often equally multicultural environment B.



Tradução e desconstrução

Conforme mencionado acima, Derrida é um dos principais representantes da desconstrução, sendo ele o autor deste conceito. Na presente análise é importante destacar que esse teórico também refletiu muito sobre o fenômeno da tradução. Um de seus textos mais conhecidos sobre o tema é “Des Tours de Babel” (1985), publicado em português em formato de livro, como *Torres de Babel* (2002). Neste texto o teórico francês dialoga com um outro tratado muito conhecido sobre tradução, “Die Aufgabe des Übersetzers” (1923), do filósofo alemão Walter Benjamin; esse texto recebeu diversas traduções no Brasil, a maioria delas com o título “A tarefa do tradutor”⁷. Ao contrário do que o título possa sugerir, o texto de Benjamin não representa uma descrição prática do ofício da tradução, mas, muito mais, uma reflexão filosófica sobre a linguagem. E o diálogo de Derrida com o texto de Benjamin também discute a complexidade da construção de sentidos através da linguagem e da tradução. A metáfora babélica da confusão das línguas serve ao teórico francês para falar da dificuldade e, ao mesmo tempo, da necessidade vital da tradução, já que a linguagem humana se configura num constante exercício de simbolização, ou tradução, dos objetos e das situações em que o ser humano se encontra.

No Brasil, Rosemary Arrojo tornou-se a mais conhecida teórica da linha desconstrucionista da tradução, a partir de seu livro *Oficina de tradução - A teoria na prática* (2002), além de várias outras publicações sobre o assunto. Este livro, constante de qualquer lista bibliográfica para cursos ou disciplinas de tradução em nosso país hoje, configura-se numa ótima introdução aos Estudos da Tradução contemporâneos, justamente porque apresenta uma concepção pós-estruturalista e desconstrucionista de linguagem, de texto e, por consequência, de tradução. Partindo, em sua ‘oficina’, de uma discussão sobre o estatuto de originalidade e de literariedade da literatura, Arrojo leva seus leitores a repensar e a re-situar o exercício da tradução e o estatuto de fidelidade tradicionalmente requerido dele.

Quanto a uma ideia de texto original, tão cara às reflexões milenares sobre o exercício da tradução, Arrojo mostra como nenhum texto

7 Menciona-se aqui a tradução de Susanna Kampff Lages e Ernani Chaves, em Benjamin (2012).



é, de fato, único e original, mas, que sempre já deriva de outros, constantes da imensa rede de textos tecida através dos séculos. Ela usa a metáfora do “palimpsesto” (ARROJO, 2002, p.23) para mostrar as diversas camadas textuais subjacentes a qualquer novo texto que seja escrito. Além disso, a teórica defende que cada nova leitura de um dado texto em uma nova comunidade cultural, em qualquer outro tempo ou contexto, pode gerar leituras diferentes de um texto. Assim, ela conclui que “o texto, como um signo, deixa de ser a representação “fiel” de um objeto estável que possa existir fora do labirinto infinito da linguagem e passa a ser uma máquina de significados em potencial.” (ARROJO, 2002, p.23) E a consequência lógica disso é que cada tradução, enquanto leitura atenta de um texto é muito mais do que a reprodução, a mais fiel possível, de um original; ela adquire, nessa concepção pós-estruturalista, um estatuto de “*produtora* de significados”. (ARROJO, 2002, p.24, grifo da autora)

Quanto à questão do valor literário intrínseco e inquestionável de um dado texto, Arrojo também desconstrói essa ideia amplamente defendida ao longo dos séculos a respeito da literatura. A teórica argumenta que o valor estético-literário dos textos é atribuição de comunidades literárias situadas no tempo e em espaços culturais distintos e pode variar muito; ou seja, não se trata de valores estáveis e neutros, mas daquilo que “nossa tradição cultural decide ler de forma literária ou poética.” (ARROJO, 2002, p.31) Pensar a literatura dessa maneira transforma o exercício da tradução literária; o que numa visão tradicional ao longo dos séculos era visto como uma tarefa praticamente impossível, visto que seria muito difícil reproduzir fielmente a forma artística de um texto original, passa a ser visto como um desafio de proporcionar sobrevida a dado texto através da construção de uma nova leitura e, por consequência, de uma nova forma do mesmo. E Arrojo cita Derrida nesse contexto, para quem a tradução é “uma transformação: uma transformação de uma língua em outra, de um texto em outro.” (ARROJO, 2002, p.42)

Por fim, Arrojo desconstrói ainda o tradicional conceito de fidelidade na tradução, tão almejado por tradutores e cobrado por seus críticos. Diante de uma visão pós-estruturalista de linguagem, a prática da tradução literária só pode pautar-se numa fidelidade à “concepção de poesia” de quem traduz dado texto, considerado artístico-literário por sua comunidade cultural, bem como numa fidelidade à “concepção de



tradução” que esse tradutor possui e “aos objetivos que se propõe”. (ARROJO, 2002, p. 46)

Tradução e descritivismo

O descritivismo é uma corrente nos Estudos da Tradução que perpassa diversas teorias e abordagens e que tem como eixo comum o intento de descrever e analisar processos ou produtos tradutórios, sem a pretensão de fazer qualquer prescrição de como estes, idealmente, deveriam ser. Não se trata, pois, de criar normas, regras ou fórmulas para uma boa tradução, mas de compreender e elucidar como se dá o fenômeno da tradução ao redor do mundo. Assim, também acontece um deslocamento do foco de pesquisa. Não se parte do original para compará-lo à tradução, mas estuda-se a tradução e seu desempenho ou seus efeitos na língua e cultura de chegada.

Gostaria de mencionar aqui apenas uma das várias teorias descritivistas da tradução, a saber, a que foi esboçada por André Lefevere num livro emblemático chamado *Translation, rewriting and the manipulation of literary fame* (1992). Esse estudioso compartilha do modelo teórico dos polissistemas de Itamar Even-Zohar e de sua aplicação à tradução por Gideon Toury e outros, além de levar em conta a questão do poder, a partir do pós-estruturalismo de Foucault, conforme observa a teórica Márcia do Amaral Peixoto Martins (2010). Assim, ele examinou como se lida com as traduções dentro dos sistemas culturais, quais são as estruturas e os agentes de poder que se articulam para viabilizar, ou não, a reescrita de literaturas estrangeiras e de que maneira o fazem. (MARTINS, 2010) O conceito de reescrita é central no exercício da tradução para Lefevere e tem a ver, justamente, com uma compreensão pós-estruturalista de linguagem e de tradução. “Independentemente da intenção com que foi produzida, [toda tradução] reflete uma ideologia e uma poética, manipulando assim a literatura para funcionar na sociedade de uma certa maneira.” (MARTINS, 2010, p.4)

Outro conceito que é caro a Lefevere, é o de patronagem, com o qual se refere aos patronos, ou seja, àqueles agentes, indivíduos ou grupos de pessoas dentro de determinada sociedade ou sistema cultural que têm o poder de autorizar, incentivar ou também barrar, censurar ou proibir a entrada de literaturas estrangeiras via tradução. A patronagem é composta



por uma estrutura de poder tripartite, tendo um componente ideológico, um econômico e um de prestígio/status. Seriam, por exemplo, respectivamente os censores, os mecenas, a elite de dado sistema que teriam influência sobre os reescritores. (MARTINS, 2010)

Essa questão das traduções no mercado internacional, com todos os seus atores, vem sendo estudada ainda muito mais aprofundadamente pela assim chamada vertente sociológica da tradução, por teóricos como Norbert Bachleitner e Michaela Wolf (2004), entre outros, demonstrando a complexidade do fenômeno tradutório na imensa e disputada rede social da literatura contemporânea ao redor do mundo.

Tradução e uma abordagem política anti-etnocêntrica

O tradutor e teórico da tradução norte-americano Lawrence Venuti apresenta uma análise crítica da tradução, como ela se deu nos últimos séculos e como se dá até os dias de hoje no ocidente, de modo especial nos Estados Unidos e no Reino Unido. Entre outras obras conhecidas, o livro *The Scandals of Translation – Towards an ethics of difference* (1998), traduzido no Brasil como *Escândalos da Tradução - por uma ética da diferença* (2002), gerou polêmica na comunidade acadêmica e editorial. O argumento de Venuti é que a maior parte da literatura traduzida ao inglês passa por um processo de domesticação, ou seja, que nas traduções costuma-se ocultar ou apagar tudo o que seja estranho ou diferente da cultura de chegada, o que ele chama de uma “ética tradutória de igualdade”. (VENUTI, 2002, p.156) Segundo o teórico, “o maior escândalo da tradução” seriam essas “assimetrias, injustiças, relações de dominação e dependência [que] existem em cada ato de tradução”; e mais, que se costuma colocar “o traduzido a serviço da cultura tradutora”, tornando os tradutores “cúmplices na exploração institucional de textos e culturas estrangeiras.” (VENUTI, 2002, p.15) Ele acusa, ainda, a cultura imperialista norte-americana de articular cânones etnocêntricos e que os “valores éticos implícitos em tais cânones são geralmente profissionais ou institucionais, estabelecidos por agências e autoridades oficiais, especialistas acadêmicos, editores e críticos e, subsequentemente, assimilados pelos tradutores (...)”. (VENUTI, 2002, p.156)

Em contraposição, Venuti procura, em suas próprias traduções, manter ao máximo as marcas linguístico-culturais específicas da cultura dos



textos de partida, o que provoca, por vezes, textos em inglês recheados de estranhamentos ou, mesmo, de elementos incompreensíveis; estes, porém, dariam à diferença o direito de existir. Seriam traduções movidas por aquilo que ele denomina “uma ética da diferença”. (VENUTI, 2002, p.157) Como também já alude o próprio subtítulo do livro, a motivação de Venuti é de ordem ético-política. Com essa diferença ou estranhamentos ele quer romper a posição de hegemonia cultural anglo-americana, e dar visibilidade a outras culturas, modos de pensar e de ver o mundo. Para Venuti “um tradutor pode redirecionar o movimento etnocêntrico de tradução a fim de descentralizar os termos domésticos que um projeto tradutório tem de, inevitavelmente, utilizar. Essa é uma ética da diferença que pode mudar a cultura doméstica.” (VENUTI, 2002, p.157)

Fica evidente, também, nesse projeto anti-etnocêntrico de tradução proposto por Venuti, a influência do pós-estruturalismo, que embasa a visão do teórico sobre a instabilidade e a não neutralidade da linguagem, do texto e da autoria.

Tradução e Teorias Feministas

Referindo-se à relevância do pós-estruturalismo para as teorias feministas, Claudia de Lima Costa (1998, p.16) afirma que

o pós-estruturalismo emerge como conjunto de teorias capaz de articular a relação entre a experiência, o poder social e a resistência a fim de explicitar como a representação cultural e a forma retórica são constitutivas de nossas vivências, resultando em uma multiplicidade de subjetividades (diferenças).

A partir disso, o impacto para uma teoria e prática feminista da tradução é evidente. Lori Chamberlain (1998) analisou a metafórica gendrada da tradução, como ela foi empregada por séculos: o texto original correspondendo ao masculino hierárquica e inquestionavelmente superior à tradução que, por sua vez, era vista como feminina e subserviente, sempre incompleta, em falta, se comparada ao original. Como saída para este binarismo original versus tradução, correspondendo ao par masculino e feminino respectivamente, ela propõe uma desconstrução dessa lógica binária. Para tal, Chamberlain argumenta a partir do discurso teórico de Derrida sobre tradução. Segundo este teórico a tradução seria regulada por um duplo vínculo, qual seja, a necessidade e a impossibilidade da tradução,



que andariam juntas; e que tradução não é somente a passagem de um texto de uma língua a outra, mas que, na verdade, todo ato comunicativo ou qualquer leitura já se constituiria numa tradução, de modo que o original não poderia viver sem a tradução, dependeria dela para a sua própria existência e sobrevivência, ainda que nenhuma leitura poderia jamais ser definitiva ou cabal. Essa dependência recíproca entre original e tradução diluiria os binarismos clássicos relativos à tradução. (CHAMBERLAIN, 1998, p.51)

O emprego desse duplo vínculo para uma teoria feminista da tradução significaria um trabalho colaborativo entre autor/a e tradutor/a, em que a tradutora também é produtora, sujeito visível que se insere no novo texto que produz, seja num sentido colaborativo ou mesmo subversor, adotando estratégias como a dos paratextos para se colocar e explicitar sua prática, além de outras estratégias como a de “sobretradução”⁸, o que também poderia ser chamado de “traição produtiva”⁹ (SIMON, 1996, p.95); ou mesmo uma estratégia ainda mais radical e audaciosa, como a do “sequestro”¹⁰ (FLOTOW, 1997, p.82) de certos trechos de dado texto, que implica numa interferência ousada da tradutora em obras traduzidas por ela, sempre a serviço de uma conscientização a respeito das misoginias incrustadas na linguagem patriarcal.

Tradução e pós-colonialismo

O pós-colonialismo é uma corrente teórica que se preocupa com o modo “como operam as categorias de classe, gênero, nação, raça e casta nos grupos sociais que se viram, de alguma forma, reestruturados por regimes coloniais” (LOOMBA *apud* PAGANO, 2000, p.158). Os teóricos pós-colonialistas procuram, assim, “interpretar as relações de desigualdade e sujeição” e observar criticamente “as tensões tanto nos espaços inter como intranacionais” geradas a partir dos processos de colonização. (PAGANO, 2000, p.158)

O frutífero diálogo entre os Estudos Pós-Coloniais e os Estudos da Tradução ancoram-se, mais uma vez, numa visão pós-estruturalista de linguagem como campo não neutro, mas, ao contrário, de negociação e de

8 supplementing

9 productiv betrayal

10 hijacking



disputa de poder, travada no campo discursivo. Segundo Adriana Silvino Pagano (2000, p.158), a condição pós-colonial revela a cultura como operação ampla de tradução que opera em âmbito transnacional, translingüístico e transhistórico.” Assim, pois, conforme a teórica, os processos de colonização implicam em muitos deslocamentos, “como a escravidão, a migração, o exílio e a subordinação.” (PAGANO, 2000, p.158)

Pagano chama a atenção, ainda, para o fato de que a tradução acompanha esses múltiplos deslocamentos, constituindo-se como a própria “condição do ser pós-colonial”, lembrando a descrição que Salman Rushdie faz do sujeito migrante como um “ser traduzido” ou um “ser-entre-línguas”. (RUSHDIE *apud* PAGANO, 2000, p.159)

Para Gentzler (2002, p.217-18) “a tradução vem se tornando um dos instrumentos centrais à nossa disposição para uma melhor compreensão de como as culturas estão interconectadas bem como fragmentadas”¹¹, contribuindo para o rompimento do que ele chama de “nossos espaços conceituais fechados.”¹² Assim, a tradução é empregada até mesmo como metáfora para a situação de transculturalidade em que se movem os sujeitos no mundo de hoje, conforme também indicam as descrições de Rushdie, supracitadas. O mundo contemporâneo vive em estado de tradução.

Conclusão

Vasta é a influência do pensamento pós-estruturalista sobre o campo teórico da tradução, conforme se procurou demonstrar acima. Não por acaso o estabelecimento dos Estudos da Tradução como uma disciplina própria coincide com o início do pós-estruturalismo, no início da década de 1970; antes, a reflexão sobre o exercício tradutório era uma subcategoria dentro de outros campos do conhecimento, como a Linguística, a Literatura Comparada ou a Filosofia. A concepção pós-estruturalista de linguagem conferiu um novo status à tradução ao desestabilizar a supremacia absoluta do texto original sobre a tradução, bem como a indiscutível autoridade do escritor para determinar um sentido único para sua obra; diante da evidência de que o texto não funciona como um sistema fixo e estável, mas,

11 Thus translation is increasingly becoming one of the central tools a tour disposal for better understanding how cultures are interconnected as well as fragmented.

12 of our closed conceptual spaces.



muito mais, como uma máquina de incessante construção de sentidos, a figura do leitor-tradutor passou a ocupar uma posição mais proeminente e ativa, e a tradução passou a ser vista como um novo texto, com maiores prerrogativas do que a de mera reprodução.

O diálogo com o pós-estruturalismo foi e é, sem dúvida, de grande importância para que a tradução alcançasse uma nova posição no discurso teórico contemporâneo, uma maior visibilidade no mundo literário e editorial e, também, se tornasse um instrumento de luta política para desestabilizar hegemonias culturais.

Referências

ARROJO, R.. **Oficina de Tradução**. A teoria na prática. São Paulo: Ática, 2002.

BACHLEITNER, N.; WOLF, M. (eds.). **Soziologie der literarischen Übersetzung**. Tübingen: Max Niemeyer, 2004.

BARTHES, R.. **O Rumor da Língua**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENJAMIN, W. A tarefa do tradutor. In: _____. **Escritos sobre mito e linguagem**. Organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin. Tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Editora 34, 2011, p.101-120.

CHAMBERLAIN, L.. Gênero e a metafórica da tradução. Tradução de Norma Viscardi. In: OTTONI, P. (org.). **Tradução**. A prática da diferença. FAPESP/UNICAMP, Campinas, 1998.

COSTA, C. de L.. Feminismo e Pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: Pedro. J. M.; Grossi, M. P. (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. 1ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, p. 57-90.

DERRIDA, J.. **Torres de Babel**. Tradução de: Junia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.



EAGLETON, T.. **Teoria da Literatura: Uma Introdução**. Tradução de: Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1997, 3ª ed..

FLOTOW, L. v.. **Translation and Gender**. Translating in the 'Era of Feminism'. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.

LEFEVERE, A.. **Translation, rewriting and the manipulation of literary fame**. London / New York: Routledge, 1992.

MARTINS, M. do A. P.. As Contribuições de André Lefevere e Lawrence Venuti para a Teoria da Tradução. In: **Cadernos de Letras (UFRJ)** n.27 – dez. 2010, p. 59-72.

PAGANO, A. S.. América Latina, Tradução e Pós-Colonialismo. In: **Alfa**, São Paulo, 44 (n.esp.): p. 157-167, 2000.

SIMON, S.. **Gender in Translation**. London: Routledge, 1996.

TYMOCZKO, M.; GENTZLER, E.. **Translation and Power**. Amherst and Boston: University of Massachusetts Press, 2002.

VASCONCELOS, J. A.. O que é a desconstrução? In: **Revista de Filosofia**, Curitiba, v.15, n.17, p.73-78, jul./dez. 2003.

VENUTI, L. **Escândalos da Tradução**. Tradução de: Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. São Paulo: EDUSC, 2002.

Recebido: 29/04/2018

Aceito: 27/07/2018

